

Frederico Delgado Rosa

HUMBERTO DELGADO
BIOGRAFIA DO
GENERAL SEM MEDO

Prefácio de Irene Flunser Pimentel

a esfera  dos livros

ÍNDICE

PREFÁCIO	7
PRÓLOGO	17
<i>Primeira Parte</i>	
«O MEU MAIOR SONHO É SER CAPITÃO DE ARTILHARIA».....	21
1. Filho do Ribatejo – 1906-1916	23
2. «Menino da Luz» – 1916- 1922	34
3. Cadete – 1922-1926	45
<i>Segunda Parte</i>	
«UMA SÓ CARA!»	57
4. Piloto aviador – 1926-1929.....	59
5. Estado-Maior – 1929-1936.....	75
6. Legião e Mocidade – 1936-1938.....	92
7. África – 1938-1939.....	104
<i>Terceira Parte</i>	
«A GUERRA ALASTRA».....	117
8. «O Domínio do Ar» – 1939-1941.....	119
9. O Homem dos Açores – 1941-1945	132
<i>Quarta Parte</i>	
«A LINDA CAUSA DA AVIAÇÃO CIVIL»	153
10. Transportes Aéreos Portugueses – 1944-1946	155
11. Canadá – 1947-1950.....	164

Quinta Parte

OS ANOS DA NATO	173
12. Comandante – 1950-1952.....	175
13. Washington – 1952-1957	187

Sexta Parte

O GENERAL SEM MEDO.....	201
14. A Decisão – Outubro de 1957-Abril de 1958	203
15. «Tufão sobre Portugal» – Maio-Junho de 1958.....	216
16. «Culpado» – Junho de 1958-Janeiro de 1959	256

Sétima Parte

«EU VOLTAREI»	269
17. O Asilado – Janeiro-Abril de 1959	271
18. Brasil – Abril de 1959-Dezembro de 1960	279
19. Santa Maria – Janeiro-Julho de 1961	292
20. A Revolta de Beja – Março de 1961-Março de 1962.....	303

Oitava Parte

«ESTOU PRONTO A MORRER PELA LIBERDADE!»	323
21. O Segundo exílio – Janeiro de 1962-Junho de 1964	325
22. Argélia – Junho de 1964-Janeiro de 1965	353
23. A Cilada de Badajoz – Fevereiro de 1965	400
24. O Caso Delgado – 1965-1982.....	438

EPÍLOGO: O Herói do Povo – 1974-1990	515
--	-----

AGRADECIMENTOS	521
----------------------	-----

PREFÁCIO

Ao fazer a biografia de seu avô, Humberto Delgado, o antropólogo e historiador Frederico Delgado Rosa conseguiu resistir ao teste da hagiografia e levar a cabo uma obra, no verdadeiro sentido da palavra, muito bem escrita e que acrescentou muito ao que já se sabia. Tratou-se de *Humberto Delgado. Biografia do General Sem Medo*, dada à estampa em 2008, da qual o autor publica agora uma versão abreviada (as cerca de 1400 páginas da edição original passam agora a cerca de 500), onde de novo não foge a revelar hipóteses e a defender uma tese. Através de uma narração viva e escorreita, enquadrando devidamente as citações, descreve o ambiente perfeito de acontecimentos difíceis de relatar de um Portugal desconhecido para muitos leitores. Quem viveu parte do período ditatorial, como eu, mas era demasiado nova para ter assistido aos acontecimentos de 1958, vai de surpresa em surpresa, na visão desse Portugal totalmente diferente do que era antes daqueles meses de Maio e Junho e do período repressivo que se seguiu à fraude eleitoral.

Frederico Delgado Rosa recria todo o ambiente galvanizador do verdadeiro tufão político que desabou sobre Portugal em 1958, graças à candidatura presidencial de Humberto Delgado, que não só reuniu em seu torno toda a oposição ao regime como foi pela primeira vez, no Estado Novo, até à boca das urnas, sabendo que jamais Salazar permitiria que os verdadeiros resultados fossem revelados. Através de depoimentos, muitos recolhidos por via oral, é-nos dado, como se fosse num filme, o percurso de Delgado pelo país, em campanha eleitoral, bem como é revisitada a enorme adesão popular, após aquela célebre frase, segundo a qual Delgado demitiria Salazar se ganhasse a eleição presidencial, que eliminou por um tempo o medo e trouxe a esperança.

O livro não deixa nada de fora relativamente à vida de Humberto Delgado, desde a sua infância à sua dramática morte às mãos da brigada assassina da PIDE, em 1965, faz agora 50 anos, passando pela adesão do então jovem tenente ao 28 de Maio de 1926 e ao salazarismo, pelo corte com o regime e pelo grande momento eleitoral de 1958, ao qual se seguiu o exílio. São-nos revelados os momentos mais altos e dramáticos do percurso de Humberto Delgado, mas também alguns episódios menos conhecidos, culminando estes nessa autêntica trama política e policial que foi o assassinato. Trata-se de um livro de referência, não só sobre Humberto Delgado, mas sobre a ditadura e a oposição a esta, pelo menos durante os anos que mediarão 1958 e 1974, com um prolongamento até 1981, quando foi lida a sentença do chamado caso Delgado. Na impossibilidade de me referir já não digo a tudo, nem a grande parte, do que aqui vem, gostaria de aproveitar esta oportunidade para destacar alguns assuntos referidos, descritos e interpretados na presente obra, em particular a permanente sombra da PIDE em redor de Humberto Delgado, até ao clímax do assassinato, e o envolvimento de Salazar no mesmo.

Já Iva Delgado, filha do general, anotara num estudo que a perseguição ao general Delgado se acobertou, inicialmente, de uma alegada forma de «protecção» e que este chegou a escrever, em 1 de Junho, uma carta ao ministro do Interior, a solicitar que não fosse obrigado «a ser protegido pela PIDE, da qual desconfio cada vez mais, e que parece só tem por função fazer-me mal e à minha candidatura». Observou Iva Delgado que, durante as eleições presidenciais de 1958, a «novidade em termos de actuação do aparelho repressivo» foi a «abrangência de suspeitos». Por outro lado, as eleições presidenciais de 1958 vieram colocar, em primeiro plano, a própria existência da PIDE, cuja marca odiosa se acentuou: os «informadores passaram a ser farejados, as desconfianças de anos isolaram certas pessoas, a osmose que permitia a existência de delatores em todos os escalões da vida nacional tornou-se mais óbvia e mais premente a sua imoralidade». A «sociedade descobria-se delatora, «num universo concentracionário sufocante *em que metade do país vigia a outra metade*»¹.

Depois da votação no dia 8 de Junho, com os números oficiais de 76% dos votos para Américo Tomás e apenas 23% para Humberto Delgado, a PIDE mostrou, «no calado dos relatórios extraordinários e confidenciais», que «a sua vocação persecutória saíra reforçada», como, aliás, já tinha acontecido, relativamente aos elementos que tinham assinado as listas do MUD e

¹ Iva Delgado, «O Império da Vigilância», in *Humberto Delgado. As Eleições de 58*, coord. Iva Delgado, Carlos Pacheco e Telmo Faria, Lisboa, Vega, 1998, pp. 215-216, 221-223.

apoiado a candidatura presidencial de Norton de Matos. A vigilância policial caiu *a posteriori* sobre todos os que «trabalharam para as candidaturas e se apresentaram nos governos civis para copiar os cadernos eleitorais, até aos que exigiram certidões de recenseamento ou se apresentaram para fiscalizar as mesas e ainda os que participaram nos comícios, cortejos automóveis, ou colaram cartazes e distribuíram boletins de voto»¹. A partir de 12 de Junho, desencadearam-se diversas greves e manifestações de protesto, em Lisboa e na Margem Sul, contra o que se qualificou de fraude eleitoral, mas as oposições revelaram não estar preparadas para fazer face à nova situação decorrente do clima pré-insurreccional instalado e da vaga de indignação. A repressão directa e brutal dessa movimentação popular começou cedo e, entre 1 de Maio e 31 de Dezembro de 1958, foram presas 1013 pessoas e remetidos a Tribunal Plenário 31 processos².

Além da perseguição aos apoiantes de Humberto Delgado, havia que «destruir» o próprio general. A PIDE, em 1959, teria programado uma falsa «manifestação popular» em frente da sua casa, para o deter, sob pretexto de a manifestação não estar autorizada e constituir uma perturbação da ordem pública. Para não se deixar prender, Delgado acabou por pedir asilo político na embaixada do Brasil, em 12 de Janeiro de 1959. Em 20 de Abril do mesmo ano, após uma permanência de quatro meses na embaixada, partiu para o Brasil. Mas à sua volta, no exílio, pulularam diversos informadores e elementos da PIDE. Frederico Delgado Rosa parece de certa forma desvalorizar essas figuras, como que para dar a primazia histórica àquele que veio a revelar-se o principal colaborador da polícia política no processo de aniquilamento do general, ou seja, o «professor» Mário de Carvalho, que fazia passar-se por exilado político em Itália e que conseguiu conquistar a sua confiança. A ele voltarei.

Gostaria pela minha parte de evocar primeiramente algumas daquelas outras personagens «menores», embora seja difícil de perceber em muitos casos a sua proximidade em relação ao general e a real importância das informações que prestavam à PIDE. Um dos informadores no Brasil tinha o pseudónimo de «Jorge», que pediu, aliás, para voltar a Portugal, ao pressentir que a chegada do general a esse país iria aumentar o seu trabalho informativo. Diga-se que, em Maio de 1962, um informador queixou-se aos seus «empregadores» de que estes apenas lhe tinham enviado 5000 cruzeiros, em pagamento pelo relatório sobre Humberto Delgado referente a esse mês, e de que se encontrava, assim, desprovido de fundos. Afirmando não ter culpa se havia falta de «rendimento», esclareceu que não podia «trabalhar com

¹ Iva Delgado, *op. cit.*, p. 223.

² *Ibid.* João Madeira, «A oposição e as eleições presidenciais de 1958», p. 58.

calma não tendo o necessário para subsistir». «Jorge» enviou um relatório à PIDE, em 16 de Outubro de 1962, onde cometeu, porém, o erro de apresentar, com o seu verdadeiro nome, um recibo, no valor de 2000 cruzeiros, em troca de um seu contributo – ou da PIDE –, para a Associação General Humberto Delgado¹.

Considerando a complexidade e delicadeza do tema da identificação dos informadores da PIDE, em relação com a polémica política de expurgos da Torre do Tombo, refiro que O. Ignátiev, jornalista do *Pravda*, confirmou que «Jorge» era Júlio Teixeira Pinto². Outro informador junto de Delgado era «G» – Gusmão Calheiros –, que teria sido membro do PCP, de onde havia sido expulso, mas tinha guardado uma aura de «homem de esquerda». Ao chegar ao Brasil, havia ganho ascendência na União Nacional dos Estudantes (UNE), além de frequentar algumas personalidades brasileiras – nomeadamente, Álvaro Lins³.

É interessante constatar que Frederico Delgado Rosa também parece relativizar a importância – e não inclui esse episódio na presente versão da biografia – à alegada tentativa de assassinar Humberto Delgado no Brasil, aquando do caso «Santa Maria». Um jovem de origem portuguesa, Emanuel Dias de Melo, ter-se-á instalado deliberadamente num quarto contíguo ao n.º 818 do Hotel Florida, no Rio de Janeiro, onde se encontrava Humberto Delgado. Aquele teria depois confessado ter tido o objectivo de assassinar o general, pois «quando se encontrava no interior de um ónibus na linha de Salvador/Rio Cumprido», no dia 27, «fora surpreendido com a presença do irmão no colectivo, o inspector Álvaro Dias de Melo», da PIDE, nascido no Rio de Janeiro, que lhe prometera «para mais tarde retorno a Portugal, estabilização de vida, desde que “fizesse calar» o general Delgado”»⁴.

Mais tarde, numa carta enviada em 15 de Setembro de 1963 ao ministro das Relações Exteriores do Brasil, Araújo de Castro, Humberto Delgado informou-o de que, «num jornal brasileiro, profundamente ligado ao fascismo português», tinha sido lançado um «estranho aviso», segundo o qual o general figuraria no rol dos que iriam ser assassinados pelos «Centuriões». Noutra carta de Delgado, de 29 de Abril de 1964, ao director do *Diário de*

¹ Manuel Garcia e Lourdes Maurício, *O Caso Delgado. Autópsia da «Operação Outono»*, Lisboa, ed. Jornal Expresso, 1977, pp. 102-104.

² O. Ignátiev, *Conspiração contra Delgado, História de uma Operação da CIA e da PIDE*, Moscovo, Edições Progresso, 1987.

³ Humberto Delgado, *A Tirania Portuguesa*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1995, Relatórios de informador da PIDE no Rio de Janeiro, 1.º relatório de 16/12/63, nota 1, p. 226.

⁴ O. Ignátiev, *Conspiração contra Delgado...*, p. 139.

Notícias, do Rio de Janeiro, o general afirmou que a PIDE tinha andado à sua «procura pela Europa a ver se» lhe metia «duas balas»¹.

Na Europa, Humberto Delgado terá sido alvo de denúncias, junto da PIDE, por parte de «José Duarte», um informador que mais tarde se infiltrou na LUAR e cujo verdadeiro nome era António Moura Diniz. Em Itália, haveria o informador «Manuel de Oliveira», que seria o pseudónimo de Gianni Esposito, membro da Internacional Fascista, responsável por atentados em Itália, morto, num tiroteio com a polícia italiana, em 1969, a quem foi encontrado um cartão da PIDE². Em Roma, o italiano Ernesto Bisogno colaborava com a PIDE, mas segundo Frederico Delgado Rosa foi totalmente ultrapassado por Mário de Carvalho: «Foram, portanto, vislumbrados ao mais alto nível os dotes de Mário de Carvalho e a posição excepcional que à sua própria custa alcançara junto do general. Isso conferiu-lhe um estatuto que não era o de um informador passivo, simples observador dos movimentos e acções de Humberto Delgado, mas antes o de protagonista activo na prossecução do aliciamento que ele mesmo pusera em marcha, influenciando os passos e as decisões do alvo a abater.»³

Mário de Carvalho terá passado a ser informador dessa polícia a partir de meados de 1962. Há diversas provas documentais, no arquivo da PIDE/DGS, de que Carvalho era «Oliveira» e inclusive de que mantinha correspondência directamente com Agostinho Barbieri Cardoso. Aliás, no julgamento do caso Delgado, decorrido entre 9 de Outubro de 1978 e 27 de Julho de 1981, o antigo elemento da PIDE/DGS, Alfredo Robalo, confirmaria que Mário de Carvalho era o informador, com residência em Itália, que assinava por «Oliveira» e que recebera, dessa polícia, pelos seus serviços prestados entre 1967 e 1974, a quantia de 1 383 660\$60⁴. O próprio ex-director dos serviços de Informação da PIDE, Álvaro Pereira de Carvalho, admitiria, também no julgamento, que os cheques para «Oliveira» eram passados pela Casa Piano, instituição bancária pertencente a Jorge Farinha Piano⁵.

Foi Mário de Carvalho quem conseguiu atrair Humberto Delgado à cilada de Badajoz, onde o general e a sua secretária encontraram a morte, às mãos da PIDE. Mário de Carvalho foi várias vezes contactado na capital italiana, em 1963 e 1964, por Álvaro Pereira de Carvalho, director dos serviços de Informação da polícia política, e pelo menos uma vez pelo próprio sub-director, Barbieri Cardoso, bem como pelo inspector António Rosa Casaco.

¹ Humberto Delgado, *A Tirania Portuguesa*, pp. 130-131, 152 e 153.

² Manuel Garcia e Lourdes Maurício, *O Caso Delgado. Autópsia da «Operação Outono»*, pp. 188-189, 537 e segs.

³ Capítulo «O Segundo exílio», da presente obra.

⁴ *O Diário*, 1/10/1979.

⁵ Arquivo do MAI, Gabinete do ministro, caixa 003. 1948.

Segundo o libelo acusatório do Promotor de Justiça, coronel Casimiro Dias Morgado, Fernando da Silva Pais, Agostinho Barbieri Cardoso e Álvaro Pereira de Carvalho, respectivamente director, subdirector e chefe dos serviços de Informação da então PIDE, teriam definido, numa data «seguramente localizada no ano de 1962», o objectivo central de reduzir Humberto Delgado «à não actuação, quaisquer que fossem os meios necessários para tanto»¹. Numa palavra, o Promotor de Justiça dava espaço para admitir que a missão da brigada da PIDE fosse a aniquilação física de Delgado, superiormente sancionada, tendo, aliás, eliminado a ideia e as próprias palavras «rapto» e «captura» que constavam do anterior «Termo de conclusão» da fase de instrução, documento da responsabilidade do juiz Hugo do Amaral Barata.

Este choque inicial entre duas perspectivas completamente contraditórias teve o seu desfecho, em termos jurídicos, com o acórdão final de 1981, pelo qual os juízes do Tribunal de Santa Clara adoptaram em definitivo a tese do rapto. O julgamento no 2.º TMT viria a durar quatro anos, Até final de Julho de 1981, quando foi lida a sentença do coletivo de juízes do tribunal militar de Santa Clara, presidido pelo juiz coronel Emanuel Coelho, coadjuvado pelo coronel Manuel António Dantas e pelo juiz auditor Gonçalves Pereira. No acórdão da sentença, seria rejeitada a formulação do libelo acusatório, segundo o qual o objectivo da brigada da PIDE era «reduzir Delgado à não actuação, quaisquer que fossem os meios necessários para tanto», considerando, ao invés, o tribunal que a polícia política apenas teria decidido o rapto e prisão do general. Ou seja, segundo os juízes militares, «o que aconteceu em Los Almerines teria sido fruto da impulsividade e precipitação de Monteiro, em flagrante desobediência aos objectivos da missão»². Como é evidente, essa versão tem profundas consequências políticas, que chegam até à figura de Salazar.

Ainda hoje o que se passou realmente em Los Almerines é motivo de debate e é aqui que se torna mais importante o livro de Frederico Delgado Rosa, que pela primeira vez trouxe uma nova versão, rebatendo a que ficou estabelecida no julgamento, pelos juízes do tribunal. Desde já, coloquemos algumas perguntas:

Que papel tiveram os vários elementos da PIDE, Silva Pais, Barbieri Cardoso, Pereira de Carvalho Tienza Lopes Ramos e Monteiro, na decisão sobre o tipo de opção tomada e foi esta de que haveria rapto ou assassinato? Terá a *Operação Outono* corrido bem, dado que se teria tratado desde o início de um assassinato, com o intuito de neutralizar definitivamente Humberto

¹ «Dossier Delgado», *O Jornal*, 28/10/1977, pp. 14-17.

² Capítulo «O Caso Delgado», da presente obra.

Delgado, ou, pelo contrário, terá corrido mal, ao «descambar» para o assassinato, quando o que se pretenderia seria raptá-lo em território espanhol para o trazer a Portugal, onde seria preso? No caso de ter por objectivo o assassinato, é possível admitir que a *Operação Outono* correu mal?

Finalmente, que papel teve Salazar?

Ao atribuírem todas as culpas apenas a Casimiro Monteiro, os juízes ilibavam Álvaro Pereira de Carvalho – o único superior hierárquico que estava a ser julgado em presença no final do processo. Por seu lado, Rosa Casaco nem sequer era responsabilizado pelo pretenso excesso do seu subordinado, Casimiro Monteiro. Quanto ao subdirector e ao director da PIDE, Agostinho Barbieri Cardoso e Fernando da Silva Pais, apenas teriam estado envolvidos, segundo o tribunal, numa tentativa de raptar e prender Delgado para o trazer para Portugal, ficando isentos da autoria moral do assassinato, pois não teria havido «dolo».

Casimiro Monteiro foi assim condenado à revelia a dezanove anos e oito meses de prisão. Silva Pais tinha entretanto morrido, enquanto Agostinho Barbieri Cardoso, António Rosa Casaco e Ernesto Lopes Ramos, sentenciados à revelia, foram condenados, respectivamente, a quatro anos de prisão por 4 crimes de falsificação, a oito anos de cadeia por 6 crimes de falsificação e 2 crimes de furto de documentos, e a 22 meses de prisão por crime de identidade falsa. Quanto aos únicos dois elementos julgados em presença, Pereira de Carvalho foi absolvido de todos os crimes relacionados com o «caso Delgado» – seria condenado a 28 meses de prisão pelo seu cargo na PIDE/DGS – e Agostinho Tienza foi sentenciado à pena de catorze meses de cadeia, por crime de identidade falsa. Os crimes de encobrimento foram considerados prescritos. O tribunal afirmaria ainda que não se tinha tratado de um crime político, pois os réus tinham actuado no cumprimento das suas funções policiais, e considerou amnistiados e prescritos os crimes de encobrimento de cadáver, falsificação de documentos, abuso de poder e destruição de provas.

Entre outros indícios meticulosamente postos em relação na versão apresentada por Frederico Delgado Rosa, o próprio facto de Monteiro ter sido incorporado na PIDE e na brigada dirigida por António Rosa Casaco pouco tempo antes da realização do crime, demonstraria que desde o início era objectivo da mesma o assassinato do general. Contra a tese do rapto e dos juízes do Tribunal de Santa Clara que ilibaram os superiores hierárquicos da PIDE, o autor considerou que a versão de Ernesto Lopes Ramos foi a que mais próxima esteve da verdade, segundo a qual Humberto Delgado ia armado e procurou defender-se enquanto era fisicamente manietado por Casimiro Monteiro. Contudo, Lopes Ramos afirmava ter abandonado o local quando decorria esse corpo a corpo, cabendo ao biógrafo o

preenchimento desse hiato. Com base nos resultados das autópsias espanholas, não tidas em conta pelos juízes portugueses, em que se descartava taxativamente a hipótese de Delgado ter sido morto por uma bala penetrando no crânio, o autor não hesita em afirmar que as balas encontradas no local pertenciam de facto à arma do general, que tentou resistir e causar ruído, disparando cinco tiros – enquanto o acórdão dizia que Humberto Delgado não ia armado.

Como é natural, não procederei no prefácio à evocação dos pormenores do clímax do crime, tal como é reconstituído na presente obra. Acrescento apenas que, para Frederico Delgado Rosa, a *Operação Outono*, correspondendo embora ao objectivo traçado, correu muito mal à PIDE, para não dizer pessimamente, entre outros factores por causa de dificuldades na fronteira Portugal-Espanha, da escolha dos locais, da reacção do general e de Arajaryr Campos, da presença de potenciais testemunhas, tanto no local do crime, como no de ocultação dos cadáveres. Apesar do grande mediatismo que envolveu a saída do livro na sua versão integral, em 2008, e da adaptação do mesmo ao cinema, no filme *Operação Outono* (2012), de Bruno de Almeida, será decerto uma surpresa para muitos leitores os contornos de extrema violência do assassinato, tal como é descrito pelo neto da vítima.

Ao contrário do que algumas pessoas possam pensar, não é um pormenor histórico que uma figura tão importante como o general Humberto Delgado e inimigo n.º 1 de Salazar tenha tido uma morte lenta, consciente e com um grau muito agudo de sofrimento físico. Mas igualmente importante é o facto de haver profundas implicações políticas decorrentes da verdade material do crime, na versão do autor, e esse é sem dúvida o ponto mais quente da obra. Frederico Delgado Rosa não só considerou vergonhoso o veredicto dos juízes do 2.º Tribunal Militar Territorial, ao esmerarem-se por colocar toda a autoria em Casimiro Monteiro, ilibando todos os outros, dirigentes e operacionais da PIDE, como entende que houve uma deliberada distorção da verdade material do crime, com o objectivo de preservar, por um lado, o ministro do Interior à época, Santos Júnior, mas sobretudo, como é óbvio, o chefe do governo, Salazar. Não é por acaso que os Juízes de Santa Clara consideraram falso o depoimento de Ernesto Lopes Ramos, justamente o tido como mais próximo da verdade por Frederico Delgado Rosa. Colaram-se ao invés aos depoimentos de Tienza e Rosa Casaco no que se referia aos tiros de Casimiro Monteiro. Ignoraram também as conclusões dos médicos forenses espanhóis, segundo as quais Delgado terá sofrido várias contusões na cabeça.

Finalmente, quanto ao papel de Salazar no assassinato de Humberto Delgado, há interpretações diferentes. Em tribunal e fora, os defensores dos

elementos da PIDE e do ditador aventaram a hipótese de que ele não teria sido consultado previamente sobre o assunto e que Delgado já não constituía para ele uma ameaça política. Segundo esta interpretação, Humberto Delgado estaria totalmente isolado e numa posição de extrema fragilidade, no seio da oposição ao regime salazarista, devido à ruptura relativamente à FPLN, e que por isso se compreenderia mal a opção pelo seu assassinato, por parte da PIDE. Além do mais, esta versão daria a entender que o assassinato de Delgado poderia ter sido da autoria de outras correntes da oposição, e não da polícia política. Pelo julgamento e devido a todos os indícios até hoje existentes, esta última hipótese está completamente posta de lado, dado que se sabe hoje que foi uma brigada da PIDE que assassinou Humberto Delgado e Arajaryr Campos.

Poder-se-á alegar que pelo menos a PIDE continuou a encarar o general como um adversário perigoso. Segundo Frederico Delgado Rosa, embora não tivesse sido o ditador a lançar a *Operação Outono*, não sendo incomodado com os sucessivos recuos e avanços durante os dois anos e meio que durou a sua preparação, Salazar terá sabido da mesma quase na véspera do crime, já depois de marcada no hotel Caumartin, em Paris, a viagem a Badajoz. Ao ser inteirado por Silva Pais da iminente ida de uma brigada a Espanha, teria então aprovado tacitamente essa actuação, limitando-se a dizer, segundo o testemunho do próprio director da PIDE: «Tenham muito cuidado.»¹ Este testemunho só foi possível, é claro, porque Silva Pais sempre afirmou em tribunal que o objectivo da operação era apenas o rapto e prisão do general. Neste ponto, Frederico Delgado Rosa considera indiscutível, por um lado, que a actuação da PIDE em Espanha foi previamente sancionada por Salazar. Por outro lado, e no que se refere à responsabilidade moral do ditador em relação ao homicídio, escreve: «Tudo parece ficar pendente da historicidade ou não da tese do rapto, em detrimento do homicídio qualificado no topo da pirâmide do Estado Novo.»

O biógrafo do general soma todas as peças do *puzzle* e não exprime dúvidas quanto ao objectivo da *Operação Outono*: o assassinato. Esta interpretação parte do princípio de o general ter sido «um símbolo catalisador da revolução», o que seria uma «razão suficiente para a PIDE desejar a sua aniquilação», pois «sabia que Delgado era o único dirigente da oposição a querer o derrube do regime pelas armas e o mais rapidamente possível». Ou seja, «a própria cilada de Badajoz» conteria em si, segundo esta interpretação, «o porquê do crime», dado que, ao concentrar «totalmente na sua pessoa a solução armada», após a malograda Revolta de Beja de 1961-1962 e o posterior corte de relações com o PCP, em 1964, Humberto Delgado,

¹ Capítulo «A Cilada de Badajoz», da presente obra.

«força da natureza», era «a maior ameaça à ditadura, como o viria a comprovar o 25 de Abril»¹.

Não sei o que pensavam Salazar e a PIDE, nem se a *Operação Outono* foi pensada desde o início ou a partir de determinado momento como um rapto ou como um assassinato – o que objectivamente foi –, mas parece muito pouco provável, com o que se conhece do funcionamento interno do Estado Novo e do relacionamento entre Salazar e a PIDE, que ao decidir actuar, esta polícia não tivesse submetido o seu plano ao ditador, e que este não tivesse tido qualquer coisa a dizer, ou a ordenar. É que, contrariamente ao que se possa pensar, essa polícia política não era «um Estado dentro do Estado», mas sim um dos principais instrumentos do próprio ditador.

Para tentar interpretar o que se passou relativamente a Salazar e ao seu papel na *Operação Outono*, recorre-se aqui, com as devidas precauções, à interpretação de Ian Kershaw, na sua monumental biografia de Hitler², onde mostra que, no Estado nazi policrático, com múltiplas instâncias de decisão, o *Führer* estava longe de controlar tudo o que acontecia, mas era ele porém que tomava as decisões-chave em momentos cruciais. Hitler não necessitava de delinear, do princípio ao fim, todas as suas decisões políticas, já que, rivalizando até entre si para revelar mais zelo uns que os outros, os seus apaniguados ansiavam em concretizar as vontades do *Führer*.

Interpretando os desejos de Hitler, de acordo com o que consideravam ser os seus imperativos ideológicos, levavam-nos à prática, «trabalhando para o *Führer*» (*working towards the Führer*). Com as devidas distâncias e diferenças entre os dois regimes, português e alemão – o ditador português delineava, por exemplo, de forma mais controlada as suas directivas do que Hitler o fazia –, pode-se, porém, afirmar que, para «solucionar» o caso Delgado, a direcção da PIDE terá «trabalhado para Salazar» até às vésperas do assassinato. Isto é, terá interpretado a vontade do ditador, ao querer «neutralizar» o seu adversário político, tomando uma decisão sobre o que fazer relativamente a Humberto Delgado.

IRENE FLUNSER PIMENTEL

¹ Capítulo «O Caso Delgado», da presente obra.

² *Hitler 1889–1936: Hubris*, London, Penguin Books, 1998; *Hitler 1936–1945: Nemesis*, London, Penguin Books, 2000.

PRIMEIRA PARTE

«O MEU MAIOR SONHO É SER CAPITÃO
DE ARTILHARIA»

CAPÍTULO 1
FILHO DO RIBATEJO
1906-1916

«**O** medo consentido dá a cobardia, o medo vencido dá a coragem.» Esta máxima do poeta Ernest Legouvé era uma das preferidas de Humberto Delgado. Se o destino lhe perpetuou o nome como General Sem Medo, o verdadeiro significado deste epíteto era que dominava tal sentimento, mas não o desconhecia. Considerava, aliás, que só uma mente limitada ou sem instinto de conservação poderia não ter medo de nada. Humberto Delgado foi ensinado a enfrentar o perigo desde a infância e deliberadamente colocado em situações de risco por seu pai, que o obrigava a «façanhas bastante viris». Aos 10 anos de idade, quando tinha à sua frente um garraio que devia tourear e pegar pelos cornos, «o medo era muito, mesmo muito», mas não podia dar parte fraca perante uma assistência de homens¹. É curioso notar que Humberto Delgado fez uso recorrente de metáforas tauromáquicas no seu combate contra Salazar, a quem chamou inclusive de *El Toro*, humoristicamente: «Vamos ver se lhe meto o estoque no meio da testa.»

A «raça dos Delgados» era reputada pela lealdade e pela bravura na aldeia de Boquilobo, perto de Torres Novas, onde Humberto Delgado nasceu em 15 de Maio de 1906. O seu pai, amante de touros, de caça, de vinho e de mulheres, personificava a virilidade da mais pura extracção ribatejana. À data do nascimento do seu único filho varão, Joaquim Delgado era primeiro-sargento do Regimento de Artilharia 3, em Santarém, o que representava já uma longa caminhada para quem se alistara como recruta em 1893. Enveredar na carreira militar fora a sua tábua de salvação, após uma juventude

¹ V. versão integral da presente biografia para as referências bibliográficas e arquivísticas .

errante e uma infância traumática, que o transformaram numa pessoa rude nas palavras e no jeito, mas de índole generosa e sentido de humor muito popular. O seu passado de abandono a si mesmo, numa constante luta pela sobrevivência do mais forte, reflectiu-se na educação que veio a dar ao seu filho Humberto, feita de constante incitamento moral, de expectativas as mais altas, tudo o que ninguém lhe dera no seu próprio crescimento. Humberto Delgado nunca deixaria de associar a integridade e a coragem à virilidade, conceito-chave da sua vida, e essa foi uma lição aprendida desde cedo com o pai.

«Um átomo desagregado da matéria»

Órfão de mãe à nascença, Joaquim Delgado foi confiado pelos seus avós maternos, lavradores de algumas posses, aos cuidados de uma ama-de-leite. Por necessidade de lançar mão a outros trabalhos, esta deixava-o sozinho horas seguidas, até que um dia o avô, ao passar defronte da casa, ouviu o choro ininterrupto do neto, arrombou a porta e levou-o consigo. Passou a dar-lhe o leite de uma cabra que tinha no curral, e o animal afeiçoou-se de tal maneira à criança que passou a comportar-se como uma mãe adoptiva. Nas suas memórias, dedicadas ao «querido filho Humberto» e escritas à mão em 1940, quatro anos antes de morrer, Joaquim Delgado relataria esse longínquo momento da primeira infância, dizendo que a cabra, ao ouvi-lo chorar, saltava por cima de qualquer obstáculo até o encontrar, «pondo imediatamente a jeito as suas longas tetas, isto é, punha-se sobre mim, ficando uma perna de cada lado e eu no meio delas, de maneira a tocar-me com os seus seios na cara para eu os procurar com a boca. Esta cabra, que comia do que queria tanto nas searas como no celeiro de meu avô, foi a minha segunda e última ama-de-leite, por decerto lhe ter sido reconhecida mais competência e amabilidade do que a qualquer outra».

Em criança, Joaquim Delgado envolvia-se em lutas constantes com os rapazes da aldeia que não se submetiam à sua vontade. O avô batia-lhe com mão pesada, mas a avó defendia-o sempre e voltava-se contra «os agressores do seu menino», que «bem lhe bastava não ter mãe». O argumento da orfandade também era invocado junto do marido, para que se lembrasse da sua «infeliz filha morta na flor da idade», o que fazia por vezes recolher à abegoaria a corda do carro destinada a assentar nos lombos do rapaz. Mas até mesmo a paciência de avó se esgotava. «Quando por vezes se via na necessidade de me castigar pelas mariolices que eu praticava, batia-me na parte traseira com um sapato que tirava do pé, mas, coitadinha da santa velhinha, no fim daquilo que ela julgava um grande castigo, ficava muito

cansada e sem forças, o que me dava imenso dó, e por isso agarrava-me a ela com ternura e beijava-a, facto este que lhe fazia desaparecer imediatamente toda a ira.»

Aos 13 anos de idade, Joaquim Delgado foi obrigado a passar abruptamente da infância ao estado adulto, por morte de sua avó. Desde o desaparecimento «daquela santa», tornou-se «um átomo desagregado da matéria», sem apoio «no laboratório da vida que o devia amparar no caminho áspero até à formação completa do homem». O avô mandou-o guardar touros por conta de um proprietário da região, tendo que dormir ao relento e comer o pão que o diabo amassou. Até que foi chamado a Torres Novas pelo seu pai, que era então chefe da estação de caminhos-de-ferro e já casado pela terceira vez. Apesar de mal se conhecerem, chegara-lhe aos ouvidos a terrível reputação do filho e estava apostado em pô-lo nos eixos. José da Silva Delgado era um homem «muito honesto», mas severo e violento «quando se apossava dele a cólera». Certo dia, deu ao filho uma tarefa fora de todas as proporções, deixando-o em muito mau estado. «É claro que logo que me foi possível pôr-me de pé desertei do seu convívio e fui novamente para a vida de maltês», relatou Joaquim Delgado. Aquele avô de Humberto Delgado suicidou-se pouco tempo depois com um tiro de caçadeira, por razões desconhecidas.

Definitivamente entregue a si próprio aos 16 anos, Joaquim Delgado viveu a partir daí entre palheiros e eiras, mas sem muito se afastar da sua terra natal. Cuidava de gado ou trabalhava em ceifas, multiplicava os encontros nocturnos com raparigas, nos campos de trigo, e chegava amiúde a vias de facto quando alguém o atraía ou de alguma forma ofendia a sua pessoa. O desprezo pela deslealdade entre homens era um dos traços mais salientes e constantes do seu carácter, retratando-se a si próprio como «bom camarada e amigo do meu amigo, mas sempre pronto a modificar a minha atitude logo que tenha razão para o fazer», exactamente como seria o seu filho Humberto. Conhecido na aldeia natal pelo seu carácter impulsivo, Joaquim transformou-se num «esfomeado de dezoito anos», que contava apenas com a bondade e os préstimos de uma boa samaritana de Boquilobo, Maria da Piedade, que lhe cozia pão e lhe tratava da roupa – e com cuja filha viria a casar.

«Estão a chorar para quê? Morreu, enterra-se!»

Joaquim Delgado assentou praça voluntariamente no Regimento de Artilharia 2, em Torres Novas, quando tinha 20 anos de idade. «Quase toda a gente da minha terra e arredores dizia que eu havia de ser um desgraçado

habitante das prisões, mas felizmente não aconteceu assim.» De facto, deu-se o fenómeno inesperado de revelar uma grande aptidão para a vida militar. A farda e a disciplina do quartel proporcionaram-lhe um novo enquadramento para o seu código de honra. «Fui sempre estimado pelos meus superiores, que me desculparam algumas garotices por decerto tomarem em linha de conta a forma rigorosa como cumpria e fazia cumprir os deveres militares, ainda que os mais difíceis.» Sentia-se recompensado pelo apreço demonstrado e também por tirar a barriga de misérias com o rancho do quartel, que achava uma delícia, depois de ter vivido quatro anos sem um tecto. Terminou a instrução de recruta em Junho de 1894, e três meses mais tarde era primeiro-cabo, com uma natural inclinação para se fazer respeitar. Concluiu o segundo curso da escola regimental em 1895 e foi promovido a segundo-sargento no ano seguinte, o que lhe proporcionou a maior alegria da sua vida até à data, por se tratar de um posto em que lhe faziam a continência.

Passou a ser visto de outra forma em Boquilobo e foi nessa altura que começou a namorar Maria do Ó, filha de Manuel Pereira e de Maria da Piedade, pequenos proprietários rurais. Apesar da sua ascendência camponesa, a mãe de Humberto Delgado era uma rapariga frágil e de gostos delicados, que imprimia a cada gesto uma generosidade e humildade de inspiração religiosa. Sempre pronta a ajudar o próximo com sacrifício próprio, Maria do Ó transmitiu ao filho essa compaixão espontânea, já por sua vez herdada da avó Maria da Piedade, em genealogia feminina até Humberto Delgado, que era reputado em adulto pelas esmolos extravagantes que dava e pela forma como defendia os escorraçados da sociedade contra os interesses egoístas das classes abastadas. Maria do Ó tinha 17 anos quando foi arrebatada pela figura possante de um metro e setenta e cinco e pelo bom fundo do seu pretendente, Joaquim Delgado, que de tantas vezes ir ter com ela a Boquilobo, a seis quilómetros da sua unidade, extenuou até à morte um cavalo do quartel. O namoro conduziu ao casamento, em 1897, na Igreja de São Simão da Brogueira, paróquia e freguesia a que pertencia Boquilobo.

No ano seguinte, em que nasceu a primeira filha, Deolinda, o jovem sargento foi destacado para o Regimento de Artilharia 3, em Santarém, onde foi notada a sua vocação para o serviço do picadeiro, devido à longa experiência com animais. Os superiores louvaram-lhe a inteligência, o desembaraço e as boas qualidades morais, pelo que Joaquim Delgado foi subindo na sua modesta carreira militar, com uma primeira medalha de comportamento exemplar em 1905. Maria do Ó ficou grávida de Humberto nessa altura. Foi tê-lo em Boquilobo, a casa da mãe, uma pequena casa rústica de piso térreo e com um palheiro ao lado, sentindo-se aí mais apoiada do que em Santarém. Permaneceu com o filho na aldeia até ao ano e meio de idade, o único período da sua vida em que Humberto Delgado residiu em Boquilobo.

O nascimento de um rapaz representou muito para o pai, que se projectou a si próprio no filho, depositando nele a esperança de se vingar da vida, de o ver subir mais alto do que ele próprio poderia, uma vez que tinha o sentimento muito nítido de lhe terem cerceado oportunidades na juventude. Paradoxalmente, foi sob influência do nascimento do príncipe herdeiro de Itália que o republicano Joaquim Delgado escolheu para o filho o nome que escolheu, o qual soou másculo e grandiloquente aos seus ouvidos. Em 24 de Outubro de 1907, com um ano e meio de idade, Humberto da Silva Delgado foi baptizado pelo padre Joaquim na igreja seiscentista de São Simão da Brogueira. Os padrinhos eram proprietários na Brogueira, mas analfabetos, como quase todos os habitantes da localidade. Foi depois do baptismo que o bebé Humberto Delgado fez a sua primeira viagem, ao mudar-se com a mãe e a irmã para Santarém, para junto do pai.

Em Fevereiro de 1908, Joaquim Delgado provocou alvoroço ao levar para casa a notícia de que tinham matado o rei D. Carlos e o príncipe real. O pequeno Humberto acordou a chorar e a mãe agarrou-se a ele, lavada em lágrimas. Muito ao seu estilo, o chefe da família barafustou que não havia razões para uma cena daquelas: «Estão a chorar para quê? Morreu, enterra-se!» Em adulta, Deolinda Delgado relataria o episódio e recordaria sua mãe a rezar e a choramingar pelos cantos, por compaixão por dona Amélia de Orléans e Bragança e o seu filho morto. Apesar da impressão causada pelo regicídio, Joaquim Delgado celebrava o fim da ditadura de João Franco, primeiro-ministro particularmente odiado nos meios republicanos devido à repressão exercida e que o rei colocara no poder em Maio de 1906, uma semana após o nascimento de Humberto Delgado. No jornal escalabitano *Correio da Estremadura*, a notícia do atentado abria com as seguintes palavras: «Tombou finalmente o sr. João Franco do pedestal da Governação. Mas para isso foi necessário que o rei D. Carlos e seu filho o príncipe Luís Filipe caíssem varados a tiro nas ruas de Lisboa.»

Os oficiais do Regimento de Artilharia 3 e a corporação dos sargentos, de que fazia parte Joaquim Delgado, enviaram telegramas de condolências à família real, e sucederam-se em Santarém, como em todo o país, as missas sufragando a alma d'el-rei e do príncipe real – «o malogrado moço» –, sendo dita uma delas pelo capelão do mesmo regimento. Joaquim Delgado compareceu por dever e foi notada a presença de grande número de senhoras, entre as quais Maria do Ó, que continuava muito perturbada com os acontecimentos.

A implantação da República seria uma das memórias mais longínquas de Humberto Delgado, que não sabia precisar sequer em que localidade se encontrava nesse momento da primeira infância. Curiosamente, encontrava-se no Porto, pois o seu pai foi transferido para o Grupo de Artilharia 6 em

princípios de 1910, após a sua promoção a sargento-ajudante. Era a primeira vez que Joaquim Delgado ia servir fora do Ribatejo, de armas e bagagens, acompanhado pela família. Maria do Ó estava grávida da segunda irmã de Humberto Delgado, Aida, que nasceu em 27 de Setembro de 1910, a escassos dias do fim da monarquia.

Republicano aos quatro anos

No Porto, as comunicações telefónicas e telegráficas com Lisboa ficaram interrompidas desde a madrugada de 5 de Outubro de 1910, havendo uma dificuldade exasperante em seguir o desenrolar dos acontecimentos. Ao longo da manhã e da tarde, perante os rumores de uma revolução na capital, a população concentrou-se nas imediações da Estação de São Bento para aguardar notícias com a chegada do rápido das três da tarde. Mas a linha do Norte tinha sido cortada e só muito mais tarde, já noite caída, entrou na estação um comboio da linha de Torres Novas com exemplares da edição d' *O Século* onde era relatado o primeiro troar de canhões que tirara do seu sono a população lisboeta. Pela madrugada, com quase um dia de atraso, chegou finalmente às redacções dos jornais do Porto o telegrama onde se podia ler que a República fora proclamada «pelo Povo, Exército e Armada, depois de luta heróica».

Com a notícia já completamente espalhada através de sucessivas edições do *Jornal de Notícias* e do *Primeiro de Janeiro* literalmente arrancadas às mãos dos ardinhas, a população portuense afluíu em massa aos paços do concelho. Joaquim Delgado rumou para a Praça de D. Pedro, com o filho de quatro anos nos braços. Sob o olhar extasiado do pequenino Humberto, uma força de cavalaria «de aspecto aguerrido e pouco tranquilizador» plantou-se entretanto em frente da câmara municipal, pois o comandante da guarda municipal «não consentia que a bandeira republicana fosse hasteada enquanto não viesse confirmação oficial de ter sido proclamada a República». Viveram-se horas de enorme tensão e ansiedade até à retirada desses cavaleiros que muito impressionaram o rapaz.

O discurso para a História foi proferido da varanda dos paços do concelho, proclamando a República e declarando «perpetuamente abolida a dinastia de Bragança». Ouviu-se um imenso clamor e foi hasteada a nova bandeira de Portugal. «Não se descreve o delírio que então se operou em toda aquela imensa multidão», comentou o repórter do *Primeiro de Janeiro*. «As bandeiras republicanas, os chapéus e os lenços agitando-se, dezenas – muitas dezenas – de milhares de pessoas gritando vivas à República e à Pátria num entusiasmo intensíssimo, fenomenal, louco.» Os sargentos, como Joaquim

Delgado, eram alvo privilegiado da simpatia popular, sendo levados em triunfo. No seu caso, era ele que levava o filho em triunfo, melhor dizendo, às cavalitas. Humberto gritava de alegria e agitava a bandeirinha de papel verde e vermelha que o pai lhe improvisou e com a qual participou nesse momento de viragem histórica. Tudo isso ficou gravado indelevelmente na mente da criança. Foi o seu baptismo político. «Quanto a política, pode portanto dizer-se que entro na categoria de republicano nato», escreveria com humor nas suas memórias. Quem diria que Humberto Delgado seria aclamado por milhares de portuenses naquele mesmo local, quatro décadas mais tarde?

Abrantes e os «paivantes»

Em Junho de 1911, o sargento Delgado regressou ao Ribatejo e foi enfim promovido a alferes, não da Administração Militar, como era sua pretensão inicialmente, mas do Quadro Auxiliar dos Serviços de Artilharia. Com 37 anos, feliz de pertencer à oficialidade do Exército Português e de prestar juramento à República, iniciou esse novo capítulo da sua vida no Regimento de Artilharia 8, então aquartelado no Castelo de Abrantes, o que teria grandes repercussões no futuro do seu filho. O pequeno Humberto acompanhava muitas vezes o pai, que o levava consigo para o quartel, de mãos dadas pelo coração dessa vila populosa até à colina do castelo. Ensinava-lhe canções da tropa e era um pai amigo e afectuoso dentro do seu modo castiço. Estava, porém, apostado em enrijecer o segundo homem da família desde tenra idade. Em Abrantes se cumpriu, com a primeira ida à caça, a sua integração muito precoce no universo dos homens. Com bolhas nos pés, cansaço, calor e náuseas provocadas pelo vinho partilhado com os adultos, o pequeno Humberto suportou tudo em silêncio, pois «não queria passar por cobarde aos olhos do pai, que era um caçador de primeira» e o considerava «suficientemente forte para aguentar». A infância no Ribatejo foi preenchida com muitas caçadas a pé, sozinho entre homens. Em adulto, Humberto Delgado recordaria de forma recorrente as longuíssimas e extenuantes caminhadas a acompanhar o passo do pai com botas grandes de mais para o seu tamanho.

Ele era um miúdo ao mesmo tempo corajoso e sensível, viril sem ser abrutalhado. Enquanto a irmã mais velha saía ao pai na falta de delicadeza, ele tinha mãos de pianista, herdadas de Maria do Ó, e um potencial humanístico que marcaria pela vida fora a sua diferença em relação à crueza de Joaquim Delgado. Ficou todavia a dever ao pai o arranque excepcional da sua longa vida de estudante, pois foi com ele que aprendeu a ler aos